

## **DE PRAIAS QUE VIRAM MORROS E DO VALOR DA NATUREZA**

Rosane M. Prado

Depto. de Ciências Sociais – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

### Resumo:

A Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ), que corresponde a diversas unidades de conservação, liberada em 1994 da presença do presídio que ali existiu por um século, passou a ser representada pela idéia de um “paraíso ecológico” a ser preservado. Essa idéia sustenta o apelo para o grande assédio turístico ao qual a Ilha é hoje submetida. Este trabalho trata de processos ocorridos nesse contexto, envolvendo o encontro de grupos e valores locais com grupos e valores que ali aportam. Faz um contraponto entre o que foi vivenciado pelos nativos “que saíram” e o que foi vivenciado pelos “que ficaram”, referindo-se: de um lado, aos moradores de diferentes comunidades da Ilha Grande, que, deslocados pela especulação imobiliária, foram levados para um modo de vida totalmente diverso no continente, em áreas periféricas e morros de Angra dos Reis; e de outro, aos que permaneceram no seu lugar de origem, e que se adaptaram tirando proveito do turismo. Cruzando-se com tais processos, é avaliada a questão do “valor” da natureza – sob diferentes significados, incluindo aquele do valor material, e em correlação com as “questões ambientais”, igualmente vistas em diferentes planos de significados.

XIX Encontro Anual da ANPOCS  
GT “Conflitos sociais e meio ambiente”  
Caxambu - MG, 25-29/10/2005

## DE PRAIAS QUE VIRAM MORROS E DO VALOR DA NATUREZA <sup>1</sup>

### A questão do deslocamento dos nativos

Desde 1999 venho pesquisando na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, RJ, originalmente com o propósito de desvendar o que chamei de etnoecologia da Ilha Grande, ou seja, percepções locais referentes a meio ambiente/ecologia. Mas eis que outros temas se impuseram, fazendo-se considerar pela força e o peso de sua presença no contexto da Ilha. É o caso, por exemplo, da “cultura policial” ou “ethos penitenciário” (cf. Prado; Gomes; Santos - no prelo), herança das instituições carcerárias que ali existiram por um século. É o caso também do turismo, um tema que não deixa de ser correlato ao que se pode considerar como “questões ambientais” mas que se impõe *per se*, sem o qual não se pode falar da Ilha Grande hoje. Não há questão que ali se possa abordar que não tenha uma intercessão com o turismo, visto como a “explosão do turismo” na Ilha Grande – o que por sua vez está no cerne de mudanças recentes, ocorridas sobretudo a partir de 1994, com a implosão do “Presídio” (por último, o Instituto Penal Cândido Mendes) que existiu na Vila Dois Rios desde 1894. Este trabalho focaliza justamente uma questão surgida no bojo dessas mudanças e que se relaciona às implicações da intensificação do turismo. Trata-se do deslocamento dos nativos de seus territórios originais, em articulação com a especulação imobiliária e questões fundiárias, que são igualmente marcantes na Ilha Grande.

Tendo já decaído a atividade pesqueira, que floresceu na Ilha Grande entre as décadas de 1930 e 1970,<sup>2</sup> esse período “pós-presídio” é nitidamente marcado pela crescente atividade turística, cujo apelo se sustenta também na representação da Ilha como um paraíso ecológico, sendo boa parte do seu território correspondente a diversas Unidades de

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado do projeto de pesquisa “Etnoecologia na Ilha Grande”, pelo qual tenho contado no período mais recente com a participação dos bolsistas de Iniciação Científica Roberta Zanatta, Carolina Medeiros e Mario Wiedemann, aos quais agradeço pela companhia e colaboração nas trilhas da pesquisa e das caminhadas na Ilha.

<sup>2</sup> Tal redução da pesca comercial se deu a partir da década de setenta em função de diferentes processos concomitantes e correlacionados, tais como: a pressão de grupos externos de pesca industrial de grande porte; a redução dos mananciais; o fechamento das fábricas de sardinha locais; a criação das unidades de conservação; a expulsão dos caiçaras pela especulação imobiliária. Hoje, das diversas comunidades/praias da Ilha, apenas a de Provetá vive da pesca, sabendo-se que os donos de barcos também se dedicam ao trabalho com traslado de turistas nas épocas propícias.

Conservação.<sup>3</sup> O processo de implantação do turismo na Ilha é similar ao de outros casos em que as localidades sofreram grande impacto e modificações, dos quais Búzios, no estado do Rio, e Porto Seguro, na Bahia, são exemplos bem conhecidos.<sup>4</sup> Como já mostrei em outros trabalhos, na Ilha Grande é a Vila do Abraão – a “capital da Ilha” – que condensa as implicações desse processo, ilustrativo do que compilei – baseado em diversos trabalhos abordando essa questão,<sup>5</sup> e nas minhas próprias observações em relação à Vila do Abraão –<sup>6</sup> como um modelo, que reproduzo abaixo (Prado 2003-b):

#### “O MODELO PERVERSO DA CHEGADA DO TURISMO”

- mudanças drásticas na ocupação do território e no uso dos recursos naturais
  - proibições e interdições no caso de áreas protegidas
  - deslocamento dos nativos de seus locais originais (expulsão, internalização, segregação espacial)
- a destruição do objeto de atração
  - especulação imobiliária
  - densificação e excessos de todo tipo (gente, demandas, serviços, construções)

---

<sup>3</sup> A Ilha Grande – que abriga todos os sistemas característicos da mata Atlântica – corresponde a várias Unidades de Conservação, criadas a partir da década de setenta, através de diferentes legislações e geridas por diferentes instâncias governamentais: APA Tamoios, Parque Estadual da Ilha Grande, Reserva Biológica da Praia do Sul, Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

<sup>4</sup> Entre outros estudos de situações próximas, veja-se o que diz Luchiari: “Dos anos 80 para cá, em decorrência sobretudo da implantação e da pavimentação da BR-101 (Rio - Santos), a atividade turística passou a modelar a paisagem, a acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária, a mudar o perfil demográfico com o incremento migratório, e, somado às políticas de preservação dos recursos naturais do Parque Estadual da Serra do Mar, passou também a ser responsável pelo processo de marginalização, ou mesmo expulsão, das comunidades caiçaras.” (Luchiari, 2000:136)

<sup>5</sup> Ver, por exemplo: Figueiredo 1996; Lorenzo 1996; Calvente 1997; Furlan 1997; Luchiari 2000.

<sup>6</sup> A intensidade do processo de mudança na direção do turismo pode ser avaliada pela Vila do Abraão, a porta de entrada, a “capital da Ilha” (onde aportam e de onde saem as barcas de passageiros em conexão com Angra e Mangaratiba), na qual esse processo parece condensar-se, tendo o número de pousadas e estabelecimentos comerciais aumentado em enormes proporções num período de menos de dez anos, e onde a vida de quase todo mundo gira em torno do atendimento aos visitantes. Tudo isso está igualmente relacionado com um grande aumento e diversificação da população – tanto a que veio e se fixou para trabalhar com o turismo, como a que flutua correspondendo ao próprio turismo – numa localidade que adquiriu de repente uma marca cosmopolita. (Prado 2003-b)

- problemas de infra-estrutura
- problemas de regulamentação
- “o lugar não é mais aquele”
  
- ambigüidade em relação ao turismo
  - perplexidade da população nativa
  - é bom – é a vocação do lugar, traz divisas
  - é ruim – sentimento de invasão (o mal que vem de fora)
  
- conflitos/confrontos de interesses e valores entre grupos diversos
  - diversos segmentos disputando espaço econômico, político, social, cultural
  - nativos X não nativos
    - marginalização dos nativos
    - disputa por território e trabalho com os novos moradores (empregados e empresários do turismo)
    - disputa de valores

O que estou focalizando neste trabalho pode ser visto como uma atualização desse modelo, tratando-se, digamos, de uma “situação clássica” e já registrada em casos similares, que é a do deslocamento dos nativos mediante a “chegada do turismo” e a especulação imobiliária que se instaura. Esse processo, que às vezes é referido como de “expulsão dos nativos”, tem também uma forma clássica: nos lugares de praia, enquanto os novos que chegam ocupam os espaços originalmente ocupados pelos nativos, estes vão se deslocando para trás em relação à orla, para áreas periféricas, ou para outras localidades. Na Ilha Grande, isso se dá do mesmo modo, com algumas especificidades: tratando-se de região montanhosa, eles se afastam para cima dos morros no caso de permanecerem na mesma localidade da Ilha, e aí vão sucessivamente aumentando suas casas e repartindo os quintais para a família que cresce ou os filhos que casam; podem também mudar-se para outra praia da Ilha; e podem ainda sair da Ilha para o continente, isto é, para Angra dos Reis.

Um aspecto que tem me chamado a atenção ao longo dos 6 anos em que tenho observado diferentes localidades na Ilha Grande (Vila dois Rios, Abraão, Aventureiro, Praia Grande de Araçatiba, Praia da Longa). Trata-se da constatação de um *fluxo* e de uma *fluidéz* constantes, não só no plano físico da paisagem, em razão sobretudo das reformas e das novas construções, como também no plano social: nos grupos, nas entidades existentes; nos laços e relações sociais. No Abraão, que é a mais movimentada e cosmopolita de todas as localidades da Ilha Grande, ao longo de 4 anos em que ali mantive

uma casa e “frequentei” o lugar, pude ver surgirem inúmeras pousadas de dois andares em diferentes pontos, bem como um sem número de reformas das casas – sempre no sentido de acréscimos – de tal modo que, por um lado, a vila parece sempre um canteiro de obras, e por outro, se você leva um mês sem ir lá, quando volta, já encontra algo de diferente na paisagem. Estabelecimentos (como pousadas, restaurantes, bares, mercados e agências de passeio) são abertos e fechados, mudam seus donos, e os funcionários também circulam eternamente. Nas associações e entidades locais (de moradores, de barqueiros, de meios de hospedagem, de ambientalistas ...), os membros se filiam e se desligam, não só pela sucessão das lideranças e pelos desentendimentos e divergência de interesses, mas também, na mesma medida em que simplesmente redirecionam seus projetos de vida ali ou se afastam da própria Ilha Grande. E os grupos e laços sociais igualmente se compõem e se desfazem segundo essas mesmas injunções. Mas também nas outras praias, a impressão de fluxo/fluidez é a mesma, como no caso da Praia da Longa, onde venho pesquisando há um ano, e que, ao contrário do Abraão, é uma pequena localidade onde não há pousadas ou outros “equipamentos turísticos”, exposta ao turismo de um modo residual e peculiar (sendo vistos pelos moradores como turistas aqueles que “passam” em caminhadas, os que eventualmente aportam em barcos de passeio, ou os que alugam casas por temporada). Ali também as mudanças na paisagem e nas relações sociais parecem ocorrer conforme essa mesma fluidez num roldão de eventos.

Nesse fluxo constante de tudo e de todos, há algo que é como uma marca permanente, como um pano de fundo de tudo o mais: é o deslocamento dos nativos e a sua saída do lugar de origem, sobretudo na direção do continente. Além do que vim a observar diretamente na Ilha Grande e das referências que ali escuto constantemente em relação aos “nativos que saíram”, um episódio ocorrido em Angra dos Reis, antes mesmo de eu iniciar a pesquisa na Ilha, me deu a medida dessa peculiar migração. Foi quando, da janela de uma casa que fica situada num dos muitos morros que correspondem a bairros de Angra (Morro da Glória, Morro da Carioca, Morro do Carmo etc), alguém me explicou apontando para outros morros à volta: “Ali mora o pessoal da Longa; ali é o pessoal da Praia Vermelha; ali ...” E seguiu indicando as correspondências entre as praias de origem na Ilha Grande e os morros da Angra dos Reis, agora como que rebatizados por essas presenças. Outro acontecimento que, também de um modo particular, me mostrou, não só a incidência mas

também o impacto de tais deslocamentos, foi quando ouvi no Abraão a história – que depois considerei paradigmática – dramaticamente contada por um antigo morador da Praia da Longa, que, ainda criança, dizia ele, “foi forçado” a sair dali com a família toda (Seu Lindoca, D. Belé e 9 filhos com idades entre 45 e 12 anos), tendo o seu pai então optado por ir para a Vila do Abraão.

Esse relato, ouvi do Amâncio, o mais novo daqueles 9 irmãos (hoje com sua própria família formada, funcionário da Prefeitura na equipe do abastecimento de água no Abraão, e que é ainda, como também era o pai Seu Lindoca, um especialista na construção de telhados), quando ele um dia veio consertar o telhado da minha casa. A história surgida de modo inesperado no meio de uma conversa (ilustrando a riqueza das possibilidades do clássico trabalho de campo antropológico baseado na convivência cotidiana), com a sua intensidade e riqueza de detalhes, era como uma condensação das referências que aqui e ali eu costumava ouvir de diversos casos: antigos moradores da Ilha que “tiveram que sair”, que “venderam sua casa por qualquer dinheiro”, “e foram morar ‘de qualquer jeito’ em Angra dos Reis”, “e hoje estão arrependidos”. Era como se o caso da Praia da Longa, veiculado nessa narrativa, que tem no centro a idéia da “expulsão dos nativos” de seu lugar de origem, *representasse* uma questão de toda a Ilha Grande. E foi desse modo que passei a considerar a Longa como se fosse assim um exemplo concentrado de certos processos/questões da Ilha Grande.

### **O caso da Praia da Longa**

A Praia da Longa foi lembrada por Amâncio a propósito de uma comparação com o Abraão, que, para ele como para muitos nativos, representa uma Ilha “que já não é mais a mesma”. A Longa de que ele se lembrava ali, esta sim, era a Ilha. Resumidamente, e sem a emoção e a aura de nostalgia com que ele trouxe todas aquelas memórias, sentado no murinho da varanda depois de combinar o preço do conserto do telhado, eis a história:

Na Longa, o pai era um lavrador que “plantava de um tudo” num regime de meia, pagando uma cota ao dono das terras. A família tinha uma casa no sertão, alto no morro, próximo das roças, e todos eram envolvidos na mesma empreitada de trabalhar na terra, de onde tiravam o necessário para consumo próprio e uma quantidade de produtos para comercialização no continente. Uma vida de muita luta mas também de muita fartura, e de

satisfação para as crianças e os jovens, na visão hoje distanciada de Amâncio: saúde e diversão, no próprio trabalho, nos banhos de mar e de cachoeira. O dono das terras morreu, ninguém apareceu para cobrar a cota, e Seu Lindoca continuou ali vivendo do mesmo jeito, até que um dia apareceram uns homens se dizendo os novos donos de tudo aquilo e oferecendo um dinheiro pela casa e dando um prazo mínimo para eles se retirarem. Seu Lindoca “teve que aceitar” e, da noite para o dia, saíram da Longa para o Abraão. Ali, com aquele dinheiro – uma ninharia, diz Amâncio, considerando o valor hoje atribuído às propriedades no lugar – construiu uma casa para a família e passou a viver do ofício de carpinteiro no qual também era perito; enquanto os filhos tentavam se adaptar e conseguir trabalho nesse novo contexto.

A história da família de Amâncio faz parte da história da Longa, onde escuto muitos outros relatos bem parecidos, tendo como referência central a presença da “Boating”, uma empresa chamada Boating Club do Brasil. Na fala das pessoas do lugar, as variações na indicação de datas e períodos dos acontecimentos, bem como na pronúncia desse nome – desde o que corresponderia ao som em inglês “bôutin”, passando por “bôut”, “bóit” e “bót” – equivalem às variações das explicações que apresentam sobre *o que é a Boating* – também referida simplesmente como “a companhia” ou “a empresa” –, e às nuances do modo como ela é vista, em geral por referências negativas ou de antagonismo. “Os homens” que “um dia chegaram”, mencionados no relato de Amâncio, são “os homens da Boating” – outro modo de designar essa presença ali. Às vezes esses “homens da Boating” por sua vez recebem outras designações, como um genérico “eles” (indicador claro de que se trata de um “outro”, que não pertence ao grupo local), ou mais específicas: “o argentino”, o Miele, o Mieres, um tal de Miele (neste caso, a mesma pessoa – um dos sócios da empresa); o Fernando (neste caso, antigo proprietário, que vendeu suas terras para a Boating); o Cláudio Santiago/Dr. Cláudio, Maurício, o Dito Preto (neste caso, funcionários de diferentes cargos/níveis na empresa, que já atuaram ou ainda atuam na Longa e que não são dali).

Não importa se quem está falando é alguém que ficou, que não saiu, como é o caso de várias famílias que lá estão, ou se é alguém que saiu e lembra nostalgicamente da vida que tinha na Longa, como é o caso de Amâncio. Nesse sentido, vale lembrar as irmãs D. Belé, a mãe de Amâncio, que saiu, e D. Nêga, que permaneceu na Longa com sua família.

Importa reconhecer que, de qualquer modo, tudo está referido à Boating, cuja presença na vida local se faz marcar concretamente por uma espécie de padrão de algumas edificações próximas da orla: pintadas de forma igual – casas brancas com janelas azul claro – e com o letreiro “Fazenda da Longa - Boating Club do Brasil” também pintado em azul claro. São “as casas da Boating”, umas 15 dentre as cerca de 100 existentes na Longa, embora de fato a empresa se declare dona de *todos* os terrenos do lugar, exceto aqueles pertencentes aos donos das duas fábricas de sardinha, hoje em ruínas, que ali existiram um dia.

E o que é a Boating afinal? Desde quando está ali? O que essa empresa, tão presente de diversas maneiras na vida da Longa, pretendia fazer ali? O verbo tem que ser no imperfeito já que o que agora se diz no lugar é que “ela está falida” (as razões atribuídas variam, sendo a mais comum a de que não teria pago devidamente os altos impostos) e “não vai fazer mais nada”; “vai vender tudo”, ou “já vendeu”. (“Vendeu para a Globo”, dizem alguns. “Imagina se a Globo ia cair numa dessa”, dizem outros, referindo-se à questão dos moradores, “os que ficaram” e que “dali não vão sair de jeito nenhum”.) Tudo isso é nebuloso nas visões locais, e o que se diz que a Boating queria fazer ali vai desde várias coisas que podem ser entendidas como empreendimentos turísticos até uma colônia de nudismo. Muito foi investido, o mais visível tendo sido, no período inicial, o próprio pagamento pelas “indenizações” para a desocupação de várias casas, como ilustra o caso da família de Amâncio, e posteriormente, pela manutenção de outras tantas casas que se vêem hoje vazias, emprestadas e cedidas por comodato, ou ocupadas pelos funcionários moradores da Longa.

Embora a versão que obtive junto a Cláudio Santiago, o advogado da Boating, em seu escritório em Angra dos Reis, pareça mais precisa em relação a fatos, datas e nomes,<sup>7</sup> ainda deixa várias dúvidas: “Boating Club do Brasil” foi o nome dado a uma empresa criada por um pequeno grupo de empresários – entre os quais um dos sócios majoritários, e também o mais entusiasmado e empenhado, era o argentino Roberto Casimiro Mieres – para fazer um empreendimento turístico de grande porte na Praia da Longa (com marina, yacht club etc, seguindo um modelo bem sucedido realizado na mesma época na

---

<sup>7</sup> Agradeço a Cláudio Santiago por sua acolhida e disponibilidade em expor dados referentes à história da Boating, não só através de seu relato como também de um arquivo completo. A riqueza desse material e as informações obtidas junto a ele não serão exploradas aqui, ficando para um trabalho mais amplo que pretendo desenvolver sobre a Longa.



Argentina). A Boating comprou todas as terras do lugar praticamente de um único proprietário (Fernando Sarmiento), e o advogado Cláudio Santiago foi contratado para cuidar da regularização dessas terras.<sup>8</sup> A chegada da Boating na Longa se deu em 1975, e não tinham a intenção de desalojar as pessoas que estivessem lá para trabalhar; mas, na explicação de Santiago, ali era tudo posses antigas e todo mundo queria mesmo ir embora sobretudo pela falta de opção de trabalho. “Se quisesse desocupar a Longa, era só botar uma barraquinha na praia: ‘compro posses’”. Para que ocorresse o arrefecimento por parte da Boating, segundo ele, o que aconteceu foi que demorou muito o processo de regularização; também o capital não era suficiente; e na década de 80 vieram as leis ambientais referentes às áreas protegidas, que restringiram as intervenções – como uma estrada que chegou a ser construída – na direção das praias próximas transformadas em reserva ecológica do lado oceânico. O sócio Mieres, o mais entusiasmado e que havia investido muito, foi ficando isolado e desanimado. Hoje a Boating é uma sociedade anônima e “está-se tentando ver como fazer para equacionar a sua situação”.

Não pretendo aqui aprofundar essa história, nem dar conta de toda a complexidade de relações e significados envolvidos (que serão abordados em outro trabalho), mas sim indicar o contexto que permite apresentar a reflexão que desejo fazer sobre um aspecto crucial na situação da Ilha Grande hoje, relacionado à questão fundiária, e que a Praia da Longa ilustra bem. Nesse sentido, cabe falar de um ponto que representa o que até hoje consegui entender do caso da Longa com relação ao verdadeiro mistério em que consiste a questão fundiária na Ilha Grande (e, quem sabe, no país inteiro). Diz respeito justamente ao que ocorre com base nas concepções de “posse” e “propriedade”. Não, não se trata de nenhum raciocínio jurídico, embora talvez também coubesse; trata-se de como essas concepções são atualizadas ali. Na Ilha, como em outros lugares deste Brasil, é comum que seja transacionada a “posse” das terras, e não a sua “propriedade”. No caso da Longa, se pensarmos nos proprietários a partir daqueles que existiam há um século com escrituras em

---

<sup>8</sup> A regularização implicava ir para trás até o inventário daquele que era o proprietário no início do século XX, Thomas MacKormick (que dá nome à escola local, sendo aí o mais longe onde costuma chegar a memória dos moradores e de minha pesquisa por enquanto), e a documentação de seus 9 filhos, de cujos filhos e netos Fernando Sarmiento comprou as terras, exceto aquelas correspondentes aos espaços ocupados pelas duas fábricas de sardinha (vendidas em separado por duas herdeiras aos respectivos donos, e que ainda hoje estão fora das propriedades da Boating).

cartório – independentemente da maneira como tenham sido obtidos tais registros –,<sup>9</sup> que seriam os MacKormick, os moradores que vêm ocupando casas, bem como os terrenos em cima dos quais estão essas casas, jamais foram proprietários desses terrenos. É de se supor que teriam sido originalmente escravos e empregados, que ali deixaram seus descendentes, que ali foram ficando. E, como aparece na história de Seu Lindoca, pai de Amâncio, passaram a produzir dando (ou não) algum tipo de ressarcimento ou “parte” àquele que era o dono da terra. As casas são consideradas benfeitorias, os seus donos podem vendê-las – o que significaria também vender a posse – mas não o terreno; e daí vem a atitude de quem compra as terras de oferecer um pagamento, referido como indenização, para que as pessoas saiam das casas – o que de novo equivaleria a comprar a posse.

É nesse quadro que ocorreram na Longa as histórias sempre lembradas dos que saíram e dos que ficaram. De um lado, o tom predominante é o de uma queixa generalizada e de antagonismo em relação à Boating (indicando uma reação à “empresa que se diz a dona do lugar”, associada assim a poder, dominação, usurpação, invasão) e muitas das histórias referentes a quem saiu remetem a uma situação colocada como traumática e ameaçadora (“fomos forçados a sair”; “chegaram aqueles homens ameaçando derrubar a casa”; “o jeito era aceitar aquela mixaria e ir embora”; “fazia a pessoa assinar um contrato de comodato e depois vinha de vez em quando dizer: ‘olha, essa casa é minha’”). Dessa mesma perspectiva, os que ficaram lamentam pelos que cederam, e usam um tom de resistência (não aceitaram sair, não se submeteram às pressões da Boating). De outro lado, na perspectiva de alguns dos moradores é também indicado que “só saiu quem quis”. Mas, de qualquer modo, todos demonstram uma preocupação com o que é referido em geral com “a situação” das respectivas casas/terrenos, o que se pode traduzir como uma preocupação com a sua regularização no sentido de garantir que jamais poderão ser retirados dali.

---

<sup>9</sup> Aqui coloco dois pontos interessantes e importantes. O primeiro diz respeito ao que se chama de “grilagem” e que se refere à usurpação e apropriação de terras; lembrando que a palavra vem mesmo do inseto *grilo*, isto é, da prática de falsificar documentos dando-lhes uma aparência envelhecida através do procedimento de: colocar os papéis numa caixa onde também se colocam grilos que, pelas secreções que produzem – xixi de grilo – mancham os papéis deixando-os com a demandada aparência de “velhos”. E o segundo ponto diz respeito à Ilha Grande em especial, lembrando o que ouvi em 2004 de Rodrigo Mascarenhas na condição de procurador do estado do Rio de Janeiro que atuou em Angra dos Reis, no sentido de que: se fossem computadas as quantidades de terra registradas em cartório como sendo de propriedade de alguém, o resultado daria várias vezes o tamanho real da ilha.

“Agora a gente tem o documento” – essa é a frase emitida pelos moradores da Longa a propósito da questão, referindo-se a um documento que vários deles obtiveram através de uma mobilização junto com a Prefeitura de Angra. “Foi em 1994”, conta Celma, a líder local do movimento na época, “79 famílias conseguiram o documento”. Isso foi depois de muita luta burocrática para organizar e encaminhar os dados de todos. “Recebemos o título de ocupação e pagamos todo ano ao SPU”, explica ela, ao mesmo tempo em que também diz ter ficado depois decepcionada diante dos comentários que surgiram no sentido de que “a certidão não presta”. De fato, esse que é referido como “o documento”, “certidão” e “título” não tem para o advogado da Boating o mesmo valor que lhe é atribuído pelos moradores da Longa. “Trata-se apenas de uma ‘Certidão de Inscrição de Ocupação’, que não garante nada”, diz ele, “os títulos de propriedade ali são: da Boating, da Fumiko e do Nishitani [os donos das antigas fábricas de sardinha]”. Dessa perspectiva, fora dos espaços das antigas fábricas de sardinha, a Boating é mesmo dona da Longa: seguindo aquela lógica de posse X propriedade, o que se apresenta hoje na Praia da Longa é que os moradores são donos das casas (ocupando terrenos correspondentes a antigas posses) e a empresa é dona dos terrenos onde estão as casas (comprados, no início da década de 70, diretamente de antigos proprietários e à revelia dos ocupantes/posses). Quando pergunto ao advogado da empresa como é que isso se resolve, ele responde: na justiça. Tenho conhecimento de um caso em que isso já aconteceu, com ganho de causa para a parte do morador, e o que se diz é que a Boating, junto com o arrefecimento de sua proposta de realização na Longa, vem “perdendo a força”.

Quando digo que o caso da Praia da Longa parece condensar e representar situações ocorridas em toda a Ilha Grande, é em razão da eloquência dessa polaridade tão clara, dessa tamanha visibilidade que têm, de um lado, “a Boating”, no lugar do empreendedor do turismo que vem de fora, e de outro, os moradores da Longa, no lugar dos nativos que se vêm de repente expostos a esse processo. Mas a Longa é exemplar também em razão dos desdobramentos e de outros tantos componentes desse processo, no que diz respeito ao modo como os nativos a ele *reagem a seu modo*, que é do que trato a seguir.

### **A especulação traduzida em termos locais – “Eles também querem”**

Aqui chego mais ao cerne da reflexão propriamente que gostaria de fazer a propósito do caso em questão, e não resisto à inspiração em Sahlins (1981.1992.1997), quando fala na *indigenização* por oposição à globalização, referindo-se ao modo como os grupos humanos nas instâncias mais locais se apropriam de elementos vindos de fora e regidos por lógicas e sistemas vistos como impositivos, relacionados ao sistema mundial e à globalização, e os transformam em prol dos seus próprios referenciais culturais locais. Nessa mesma perspectiva segue-se o seu raciocínio sobre a mão dupla entre a globalização e a indigenização (Sahlins 1997), vistas como duas faces de um mesmo processo. Assim é que, a exemplo de outros trabalhos já produzidos, e realizando um exercício caro aos antropólogos, lanço o olhar sobre o que é mais local, sobre “o ponto de vista dos nativos” (Geertz 1998) – no caso, sobre como os nativos da Ilha Grande atuam mediante os processos relacionados à chegada do turismo na Ilha. Nesse sentido, tenho chamado a atenção (cf. Prado 2002, 2003-b, 2003-c) para o modo como nesse contexto recente da Ilha Grande – em que influi também o que Leite Lopes (et al. 2004) chamou de ambientalização das questões sociais –, é acionada/intensificada a polaridade entre nativos e não-nativos.<sup>10</sup> Tenho igualmente apontado para o modo como são cobradas dos nativos, pelos segmentos externos recém-incorporados na organização social local, certas posturas de acordo com sistemas de valores que às vezes se pretendem universais – em relação à “ecologia” e ao

---

<sup>10</sup> “(...) com ou sem trocadilho, pode-se dizer que, no caso aqui considerado, “nativo” é uma categoria nativa; naturalizada portanto, e referida com freqüência no discurso das pessoas. Tem um peso e uma significação muito importantes na vida local, correspondendo a um eixo classificatório igualmente importante.

Como toda categoria que diz respeito à identidade social, essa também é acionada contextualmente em função de uma contrastividade (em relação a quem se vê como não-nativo), sendo referida a valores (o quê significa ser nativo) e atributos (o quê caracteriza os nativos); e, no caso, recobre gradações e hierarquizações no sentido de se ser “mais” ou “menos” nativo, o que implica mais ou menos peso e prestígio em determinada situação. Nessa gradação se poderia dizer, com muitas aspas, que a condição “mais nativa” no imaginário local corresponde aos “caiçaras”, que são vistos como os verdadeiros nativos da Ilha – também às vezes romanticamente referidos como representando a Ilha do jeito que ela era e que devia ser – e cuja designação é freqüentemente usada como sinônimo mesmo de nativo. Para a outra ponta, a dos não-nativos, é mais difícil de definir a categoria correspondente, mas a polaridade parece mais eloqüente em relação aos “pousadeiros” e outros empresários do turismo que vieram de fora – sobretudo os que vieram mais recentemente – e se estabeleceram ali com um poder econômico de vários graus.” (Prado 2003-c)

“ecoturismo” por exemplo –, e como eles reagem, manifestando-se de várias maneiras refratários a tais demandas.

São muitas as visões em disputa sobre a Ilha que se quer e sobre o turismo que se quer; mas de um modo geral é possível perceber um antagonismo de fundo entre as camadas menos abastadas da população local e os que chegam como empreendedores do turismo. Esse antagonismo se expressa sobretudo justamente em relação ao modo como cada parte se coloca em relação ao turismo: Ao mesmo tempo em que os de fora propõem e dizem seguir certos modelos para suas atividades e empreendimentos – que qualificam, por exemplo, como “profissionais” ou “ecológicos” –, acusam os nativos, de não terem esse profissionalismo ou de não terem essa consciência ecológica, especialmente quando estes se dispõem também a exercer atividades voltadas para os turistas. Dessa perspectiva, é como se a maneira que alguns segmentos locais encontram para viver ali no contexto atual, e/ou para também explorar o turismo, os transformasse em transgressores: quando acabam construindo “puxadinhos” acima das cotas autorizadas nos morros, aproveitando ao máximo seus terrenos; quando constroem anexos às suas casas, que, transformados nas chamadas “suítes” ou “kitnetes”, eles alugam a preço mais barato “em concorrência desleal” com os pousadeiros regularizados; quando permitem camping nos quintais, de novo, em concorrência desleal com os campings regulares; quando transformam barcos de pesca em barcos de passeio sem considerar certas regras de conforto e segurança; quando ignoram interdições provenientes da legislação ambiental que regula as áreas protegidas no entorno.

De novo, penso que essas práticas, que são vistas como “transgressões” mediante os novos sistemas de valores que ali aportaram, podem ser vistas como afirmação das posições dos referidos segmentos da população local ao realizarem aquilo que podem, do jeito que podem, ou seja, *do seu jeito*. Essa seria a indigenização no caso da Ilha. Nesse sentido chama a atenção o exemplo da Praia do Aventureiro, onde uma antiga comunidade, que vivia de pesca e lavoura, viu cair sobre sua cabeça uma lei (estadual, de 1981) que transformou o local em Reserva Biológica, a mais restritiva das categorias de Unidade de Conservação, na qual não deve sequer haver habitantes. Não entrarei aqui nos ricos

detalhes desse caso *sui generis*, que já foi inclusive estudado por colegas;<sup>11</sup> mas, resumindo para chegar à minha questão, posso relatar que: depois de sujeitos a várias restrições em razão desse novo estatuto para seu lugar, e convivendo desde então com a presença e o controle por parte da Feema (órgão responsável pela gestão da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro), os moradores viram surgir a partir da década de 90 um tipo de turismo específico voltado para o Aventureiro – de jovens de camadas médias e altas, com um estilo de vida que envolve “ir ali acampar, surfar e fumar maconha”, com os quais os nativos estabeleceram um pacto de convivência. Esse turismo, que se consolidou sob a vista grossa da Feema, ocorre com intensidade no verão e em ocasiões como reveillon, carnaval e feriados; e só se dá na medida em que os nativos transformam seus quintais em campings nos quais são colocadas tantas barracas quantas couberem. Os moradores se dizem prósperos e mais satisfeitos do que com o antigo trabalho duro da roça e da pesca, e o Aventureiro é talvez a única praia da Ilha em que a comunidade local tomou inteiramente em suas mãos a condução do turismo que ali ocorre., *totalmente a seu jeito*.

Nessa linha, estamos seguindo o raciocínio da indigenização colocado por Sahlins, ao qual me reporteí acima. Mas também podemos fazer o raciocínio correlato sobre a mão dupla indigenização-globalização, admitindo o quanto do modelo abrangente de mercado e lucro envolve tudo isso, que já é bem representado pelo projeto de empreendimento da Boating na Longa, e que aparece também quando se observa que a especulação imobiliária passa a ser exercida pelos próprios nativos – eles também querem! – nesse nebuloso contexto em que essa empresa parece não mais dar conta de garantir o que alega como seus direitos de propriedade. “Agora tá a rola” (à vontade, de qualquer jeito), dizem as pessoas do lugar referindo-se ao que está acontecendo em matéria de ocupações e construções ali; como também em matéria de transação de posses. De várias maneiras, os nativos estão re-ocupando o lugar à revelia da Boating (e também à revelia de instâncias reguladoras como os órgãos ambientais, seguindo a tendência já referida da Ilha em geral) – construindo mais nos terrenos onde já têm suas casas, construindo morro acima em terrenos cujas posses

---

<sup>11</sup> Nesse sentido, podem ser consultados: os artigos de Wunder e de Vilaça - no prelo; e duas recentes dissertações de mestrado, de Costa 2004 e Ferreira 2004.

dizem ser suas – e nesse processo começam também a transacionar casas e terrenos, isto é, posses, entre si e com pessoas de fora que querem construir e ter ali uma casa de veraneio.

Um aspecto importante a ser reconhecido nesse contexto é que essa re-ocupação está referida ao valor *de atrativo* – turístico portanto – do lugar. Nada no sentido daquela Longa à qual se refere a história de Amâncio e sua família, e sim no sentido do valor turístico “da natureza” (seguindo a idéia à qual a Ilha toda está associada) e das peculiaridades que nesse sentido a Praia da Longa apresenta. Aqui devem ser esclarecidas algumas características do lugar, que alguns dizem que “é a única praia da Ilha que ‘ainda é a Ilha’”. Além da praia, há uma cachoeira que todos ali freqüentam e que atrai os que passam nas caminhadas. O transporte para o continente e as outras praias é feito nos “barcos da Longa” – nos quais as pessoas vão na condição de donos, ou de carona no caso dos moradores, e às vezes pagando no caso de visitantes/turistas. Existe um estaleiro para reparo de barcos, o “estaleiro do Seu Tenório”, ao qual são seguidamente trazidos barcos de toda a Ilha. Vêm-se ali as ruínas de duas fábricas de sardinha que um dia, juntamente com a própria atividade da pesca, absorveram mão de obra local; hoje a população que mora efetivamente no lugar, estimada em 200 pessoas, vive basicamente da pesca de camarão e sardinha (os homens) e de trabalhos como de faxina (mulheres) e de caseiro (homens e mulheres). Há uma escola para alunos até a quarta série primária; uma igreja católica e uma igreja evangélica; e duas vendas que fornecem bebidas e suprimentos básicos (e uma fornece PF’s sob combinação), além de três bares que abrem e fecham conforme as ocasiões. Boa parte das casas da Longa fica vazia a maior parte do tempo, sendo ocupadas por seus donos ou por pessoas às quais estes as alugam por temporada. Esses donos de casas que ficam vazias a maior parte do tempo são aqueles “do lugar” – pertencendo, digamos, às camadas médias e altas locais –, ou aqueles “de fora” – que compraram ou construíram ali suas casas de veraneio, tornando-se eventualmente patrões de membros das famílias dos que lhes venderam as posses.

Cabe ainda dizer que há uma distinção entre as visões das camadas mais abastadas e as das camadas mais pobres da Longa. Dentre as primeiras, há uma tendência de não querer “que o turismo venha” e que o lugar permaneça tal como está e como já é usufruído por eles. Dentre as últimas, há, ao contrário, a tendência de querer “que o turismo venha”, com pousadas e estabelecimentos turísticos, baseado na idéia clássica de que isso traria

empregos para os moradores. Devido às dificuldades de trabalho para os jovens que se tornam adultos, é comum se verem famílias cujos filhos saíram para viver no continente, onde acabaram por constituir suas próprias famílias e agora freqüentam a Longa em visita. Como colocado a princípio a propósito dos “nativos expulsos”, no caso dos menos favorecidos, vão também morar em áreas periféricas de Angra ou do Rio. Aqui há ainda a considerar aquilo a que um amigo se referiu como “a miragem dupla”: os de fora atribuindo um valor bucólico ou tradicional ao lugar, que querem manter como está; e os nativos atraídos “pela cidade” e seus significados, conforme ouvi de uma dessas filhas em visita aos pais: “Eu gosto daqui, é meu lugar, aqui é tudo maravilhoso, mas pra mim, a novidade está na cidade”.

De qualquer modo, para todos é reconhecido um novo valor da Praia da Longa relacionado aos seus atrativos, como lugar de veraneio e mediante a inescapável perspectiva do “turismo” – cuja concepção varia, incluindo também a idéia de que turista é aquele que “vem e quer comprar casa ou terreno pra construir”. É nesse cenário que, hoje, para uma parte dos que ficaram na Longa, como alguns dos homens mais jovens que atuam na pesca, a transação com terrenos e casas parece instituir uma especulação imobiliária local. Também, se diz que alguns dos que saíram vêem hoje “a bobagem que fizeram” e, atentos para esse novo valor do lugar, querem voltar. Mas é interessante notar que em relação à especulação imobiliária de base local, aparecem também críticas, algumas em tom de acusação e denúncia, no sentido de que as casas estão sendo vendidas “pra qualquer um”. “Se fosse pra vender pra um daqui, mas vender pra um paulista que ninguém sabe quem é!” Esse comentário ilustra bem a distinção que é feita quando, diante das negociações que todos sabem ser de alguma forma “irregulares”, são bem aceitas aquelas que atendem à gente do lugar, enquanto são olhadas com suspeição aquelas que revertem para gente de fora. No fundo está a preocupação em manter a Longa como é, e como *deles* – os antigos moradores e seus descendentes.

Em meio a todo esse processo, que também na Longa implica aquela fluidez intensa à qual me referi anteriormente, e em meio às diversas condições e visões dos atores sociais envolvidos, parece que algo aí é digno de nota: está sendo invertida aquela lógica do deslocamento dos nativos – as praias (da Longa) não estão mais virando morros (em Angra). Mas, lembrando daquele “modelo perverso da chegada do turismo”, com tudo que



já foi observado em relação ao Abraão, e em que pese o que considero positivamente como “indigenização” nas soluções ao jeito local, é ainda de se perguntar e avaliar qual é o ônus de tais soluções em termos de outros “deslocamentos” no esquema cultural e nas relações sociais locais.

## BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Cristina  
*Caíças da mata atlântica*. São Paulo: Annablume, 2000.
- CALVENTE, Maria Del Carmen M. H.  
 “Ilhabela: turismo e território”. In DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*, 1997.
- CARDOSO, Neuseli e MACIEL, Alba Costa e (orgs.). *Cura, sabor e magia nos quintais da Ilha Grande*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- COSTA, Gustavo Villela Lima da  
*A população do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob a tutela ambiental*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/ UFRJ, 2004.
- FERREIRA, Helena Catão H.  
*Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande, RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRJ, 2004.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima  
 “Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico”. In LEMOS, Amalia Ines G. de (org.). *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FURLAN, Sueli Ângelo  
 “As ilhas do litoral paulista: turismo e áreas protegidas”. In DIEGUES, Antonio Carlos (org.). *Ilhas e sociedades insulares*, 1997.
- GEERTZ, Clifford  
 Do ponto de vista dos nativos. In \_\_\_\_\_. *O poder local*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOMES, Marcus Machado  
 A natureza sob vigilância: Etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande. Monografia de Graduação. Depto. de Ciências Sociais / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UERJ, 2001.
- LEITE LOPES, J. S. et al.  
*A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: NUAP/Relume Dumará, 2004.
- LORENZO, Rosa Amélia Fortes Garcia  
 A que passos andam as tartarugas. Estudo sobre o impacto sócio-cultural do turismo em Praia do Forte”. Salvador: XX Reunião Brasileira de Antropologia, GT "Ambiente, População e Cultura: Grandes Projetos e Populações Locais", mimeo, 1996.
- LUCHIARI, Ma. Tereza D. P.  
 “Turismo e cultura caíçara no litoral norte paulista”. In RODRIGUES, Adyr Balasteri (org.) *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MALBOUISSON, Augusto Brandão

Construções no paraíso; Arquitetura e questões sociais no Abraão – Ilha Grande, RJ. Monografia de Graduação. Depto. de Ciências Sociais / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / UERJ, 2004.

PRADO, Rosane M.

- Quem entende do paraíso: Estudo sobre percepção e políticas ambientais num contexto de unidades de conservação. Gramado: XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Fórum de Pesquisa: “Processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdades no espaço público. Abordagens interdisciplinares em uma perspectiva comparada”, mimeo, 2002.

- Tensão no paraíso: Aspectos da intensificação do turismo na Ilha Grande. *Caderno Virtual do Turismo nº 7*. Rio de Janeiro: Instituto Virtual do Turismo/COPPE/UFRJ, 2003-a.

- As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos – Turismo*, nº 20 ano 9, Porto Alegre: UFRGS, 2003-b.

- Crentes na Ilha Grande: uma forma de ser nativo. In BIRMAN, Patricia (org.) *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar Edit./Pronex, 2003-c.

- A indigenização da Agenda 21: Reflexão a partir de um caso na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ). Caxambu – MG: XXVII Encontro Anual da ANPOCS ,GT Rituais, Representações e Narrativas Políticas, 2003-d.

- Depois que entrou o Imbamba: Percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In PRADO, R. (org.) *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, no prelo.

SAHLINS, Marshall

*Historical metaphors and mythical realities*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

Cosmologias do capitalismo. *Religião e Sociedade* v. 16, n. ½. Rio de Janeiro: ISER, 1992.

O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção ( parte I). *Mana 3/2 (Estudos de Antropologia Social)*, abril/1997. Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional, UFRJ / Ed. Contracapa, 1997.

SANTOS, Myrian S. dos

A construção da violência: o caso da Ilha Grande. In PRADO, R. (org.) *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, no prelo.

VILAÇA, Aparecida e MAIA, Angela Azeved

O povo do Aventureiro.

WUNDER, Sven

A História do uso do solo e da cobertura florestal.

Modelos de turismo, florestas e rendas locais.

In PRADO, R. (org.) *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, no prelo.